

'Amáveis patricias': O *Mentor das Brasileiras* e a construção da identidade da mulher liberal na província de Minas Gerais (1829-1832)

'Amiable patrician': the Mentor das Brasileiras and the construction of the liberal woman identity in Minas Gerais (1829-1832)

Wlamir Silva*

RESUMO

O *Mentor das Brasileiras* foi um periódico voltado para o público feminino da província brasileira de Minas Gerais, no contexto de ampliação do espaço público e expansão da imprensa periódica de fins do Primeiro Reinado e início do período regencial (1829-1832). O periódico interagiu com um público feminino de certa importância social e instrução, no contexto de uma pedagogia liberal-moderada, e, dentro desses limites, propiciou-lhe argumentos emancipatórios e uma incipiente aproximação da esfera pública, e construiu uma identidade da mulher liberal.

Palavras-chave: história política; cultura política, identidade feminina, província de Minas Gerais.

ABSTRACT

The *Mentor of the Brazilians* was a periodic come back toward the feminine public of the Brazilian province of Minas Gerais, in the context of magnifying of the public space and expansion of the periodic press of ends of the First Reign and beginning of the regencial period (1829-1832). That periodic interacted with a feminine public of certain social importance and instruction, in the context of a liberal-moderate pedagogy, and, inside of these limits, propitiated emancipator arguments to it, an incipient approach of the public sphere and constructed an identity of the liberal woman.

Keywords: politics history; politics culture; feminine identity, province of Minas Gerais.

*Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) – Praça Dom Helvécio, 74, Dom Bosco, 36301-160 São João Del-Rei – MG – Brasil. wsilva@ufsj.edu.br.

À GUIZA DE INTRODUÇÃO: NA REDE LIBERAL

O *Mentor das Brasileiras* foi um semanário de oito páginas publicado na vila de São João del Rei, província de Minas Gerais, de 1829 a 1832, uma das inúmeras folhas surgidas no país desde o Primeiro Reinado. Em Minas, entre 1825 e 1842, contamos mais de sessenta periódicos conhecidos. O florescimento do periodismo inscrevia-se na gênese do espaço público decorrente do movimento liberal, da Independência e do período turbulento das Regências. O *Mentor das Brasileiras* emergiu quando uma oposição liberal opôs-se a tendências autoritárias de D. Pedro I e explicitaram-se diversos projetos de nação, ensejando mudanças na vida social, em contraste com as referências do Antigo Regime.¹

O *Mentor* foi parte de uma rede de periódicos que empreendeu uma pedagogia política liberal, e logo moderada, em busca da hegemonia na província e no Império. Alinhava-se com aquela imprensa, saudando-a e citando-a, muitas vezes com extratos de seus congêneres, e vice-versa. Era impresso na tipografia do *Astro de Minas*, o segundo mais importante periódico liberal mineiro, e podia ser subscrito em outras vilas e, mesmo, na Corte. Segundo o *Mentor*, havia a subscrição na casa do livreiro Evaristo da Veiga, redator da *Aurora*, e na tipografia do *Universal*, da capital Ouro Preto, principais periódicos moderados da Corte e da Província, e ainda nas vilas de Campanha e Sabará, pelo preço de 800 rs. o trimestre. No conjunto das folhas podemos perceber uma maior circulação na província, por Baependi, Campanha e Tamanduá, e ainda a sua chegada a São Paulo. Imerso na rede liberal, o *Mentor* combateria a imprensa absolutista, ‘servil’, como se vê em seu número de 15 de outubro de 1830, em especial na própria província, como o *Telégrafo* de Ouro Preto e a sua nêmesis doméstica: o *Amigo da Verdade*, folha da mesma vila, contra a qual terçaria armas (em 25 abr. e 5 nov. 1830). O próprio *Amigo da Verdade* acusaria os liberais de “escrever jornais aos pares”, o *Astro* e o *Mentor*, denunciando a identidade liberal e o dito antagonismo, como mostra o *Astro de Minas* de 1º de outubro de 1831. O redator do *Mentor* era o professor de latim José Alcibiades Carneiro, que também teria colaborado com o *Astro de Minas* e teve carreira política no liberalismo moderado, chegando a deputado geral, na suplência do líder moderado e proprietário do *Astro* Batista Caetano de Almeida, em 1838. É incerta a existência de outros redatores.²

Os periódicos liberais criavam uma opinião pública liberal, não como “produto simbólico e abstrato”, espontâneo, expressão da razão ou vontade da maioria, como crítica Morel, mas de um espaço de enfrentamento no seio

da sociedade civil, no sentido mostrado por Gramsci. Definindo-se conceitos doutrinários, estabelecendo-se identidades políticas — dos liberais e dos adversários — e fixando os princípios da moderação: a monarquia constitucional, a preservação do edifício social e a mediania entre o Absolutismo e a anarquia. E ainda, fixando identidades sociais, como as dos escravos e pardos e a das mulheres.³

ÀS AMÁVEIS PATRÍCIAS?

O *Mentor das Brasileiras* foi peculiar por ser voltado ao público feminino, como destacavam os seus redatores. Esse perfil ensejou pesquisas oriundas do campo da história da educação e dos estudos culturais, entrecruzados transversalmente pelo gênero. Essas abordagens têm destacado no *Mentor* a continuidade com relação à maneira de ver a mulher, imersa num dado projeto civilizatório de viés masculino. Paradoxalmente, a novidade que atrai olhares é dissolvida e se torna uma farsa, num movimento que obscurece as tensões políticas e a complexidade da experiência liberal das primeiras décadas do Oitocentos.

Na perspectiva da história política, é no contexto liberal-moderado e provincial que se pode compreender o *Mentor*. O seu objetivo era a instrução do *belo sexo* nos padrões da moderação: “o partido para o qual vos convida o vosso *Mentor* é o partido da Constituição, único que vos pode felicitar, e a vossos filhos” (19 mar. 1830). Mas, existia, efetivamente, esse público? Os ventos do liberalismo transformaram os horizontes de mulheres mineiras no alvorecer do século XIX? Afinal, a idealização de uma opinião pública é apontada como uma característica daquele periodismo, num “jogo de imagens: espelho e miragem”, na expressão de Morel, e o fazer do *Mentor* não fugiria a essa dúvida.

O alvo feminino seria uma miragem, com o fito de “construção da autoimagem”, um enganador balão liberal? Um público tão socialmente frágil justificaria tal idealização e, mais, a difícil materialização em papel, tipos e quartéis de tinta? No entanto, esse público propiciou a sua existência por dois anos e meio — regularidade superada por meia dúzia de folhas mineiras entre 1825 e 1842 —, e justificou o otimismo “bom acolhimento pelas ... patricias”, já em seu 14^o número. Se as leitoras não existiam, quem o lia? Destacamos que ele não trazia anúncios de compra e venda de bens ou fugas de escravos, então usuais, mantendo-se pelas subscrições. É plausível e provável que mulheres de certa importância social e letramento tenham — em vários graus de entu-

siasmo e compreensão — se interessado por ele, num círculo talvez ampliado pela oralidade. E quais os termos dessa interação?

A CIVILIZAÇÃO, O POVO E O BELO SEXO

Como lídimo representante do alvorecer liberal oitocentista, o *Mentor das Brasileiras* propunha-se a difundir a civilização pela instrução. Civilização, no entanto, não politicamente neutra, pois implicava o liberalismo e, sobretudo em seu novo suporte ideal, trazia riscos. Destarte, tinha-se como fito a educação e a política, ou a educação política, pelo liberalismo. Liberalismo que tinha limites, como a exclusão de escravos e pobres livres da sociedade civil e uma conceituação de povo restrita àqueles com alguma relação com a propriedade e a riqueza. Num viés nacional de maior duração, esse Liberalismo é fruto de condicionamentos e escolhas, do frígido “de múltiplos projetos políticos ... e a presença de especificidades, particularismos e incongruências”, como recomenda Oliveira. E mais, no compreender o político — Estado e nação — como invenção e produto de “complicadas operações mentais”, “historicamente constituídas”, como observa Jancsó.⁴

As especificidades e particularismos foram também regionais, ressaltando-se aqui a sociedade do abastecimento mineira, na qual a relação com a propriedade, inclusive escrava, era mais difusa e havia uma profusão de ofícios. A integração econômica e social ampliava a sociedade civil potencial e o público dos periódicos, marcando a moderação mineira, e a vila de São João del Rei seria exemplo dessa realidade.⁵ Assim percebia e exprimia com clareza o convizinho *Astro de Minas*, admitindo que por “povo” não entendia a “população imbecil privada das luzes, e do bom senso” presa fácil dos “demagogos turbulentos”, mas sim os que tinham “possessões” com que subsistir com honra: “É a terra, é a terra que faz o cidadão” (7 ago. 1828). A esse povo cabia a participação política e a ocupação do espaço público, pela relação com a propriedade e a instrução. Era ele a sementeira da civilização nos moldes liberais, e dele não faziam parte os escravos e os totalmente despossuídos. Para ele era dirigida a pedagogia liberal-moderada, entre o despotismo e a anarquia, afirmando o constitucionalismo e a preservação da ordem social. Nesse diapasão seguia o *Mentor* (30 nov. 1829), mas, no seio da moderação mineira, vislumbrou uma missão singular. Para além da difusão dos conceitos liberais na “classe dos homens”, a educação do *belo sexo*. A educação, de meninas, em especial, seria uma constante nas páginas da folha:

seria lícito por ventura esquecer-se da parte mais influente da sociedade? Seria conforme à razão que o *belo sexo*, esta preciosa parte da raça humana, onde se encontram a graça, o espírito, a vivacidade e a delicadeza fosse condenado a um perpétuo desprezo, conservado no triste estado de estupidez, que o tornaria pouco acima dos animais domésticos? Decerto que nem a razão o dita e nem a consciência o persuade; pois o querer que o conhecimento das senhoras se circunscreva tão somente na curta esfera da economia doméstica, e essa mesma talvez administrada sem arte[,] seria um empresa tanto injusta como prejudicial ao bem da humanidade. (30 nov. 1829)

Não é de se estranhar que o *Mentor* tivesse como público as mulheres da elite, “seleto” “ideal”, e até “elitista”, pelo menos aquelas de algumas posses e letramento. Aquelas que eram destinadas à reclusão no Brasil oitocentista.⁶ Estavam excluídas as escravas, as pobres livres e, por extensão, as não brancas: a leitora do *Mentor* era, idealmente, branca. Campos identificou ali a “segregação e [a] idealização feminina”, exposta em 1º de fevereiro de 1830, que enumerava traços fenotípicos exemplares das brancas entre as qualidades “para que uma senhora seja perfeita em beleza”, ou seja: “brancas: a pele, os dentes, e as mãos ... vermelhas: os beiços, as faces, e as unhas; finas: os dedos, os cabelos e os beiços ... pequenas: os seios, o nariz e a cabeça”. Esse trecho relativo à aparência física, único encontrável em quase três anos de publicação, animou Julio e Fonseca ao diagnóstico da propagação de um “padrão de beleza físico”, em contraste com “características das mulheres negras”. Cremos, porém, que o fato de que esses traços provavelmente não fossem os de todas as mineiras, mesmo das abastadas, em virtude da mestiçagem presente, e o da inclusão dos pardos no “povo” liberal-moderado, um impacto positivo em seu reconhecimento social, mesmo com difícil mensuração no cotidiano, relativizam a sua importância.⁷

A permanência do estigma de origem, denunciada por traços físicos, salientada por Julio e Fonseca apóia-se em estudos que mostram a segregação pelos “estigmas da cor e da origem” mesmo entre as mulheres abastadas na Minas colonial. É certo que a discriminação não se havia extinguido, mas é problemática a transposição da situação colonial para a virada das décadas de 1820 e 1830, desconsiderando o impacto do liberalismo e dos seus efeitos sociais, do qual o *Mentor* foi parte e protagonista. É ainda inadequada a projeção para aqueles anos da conjuntura da segunda metade do século XIX, desconsiderando-se o regresso político e a centralização, sob a forma de um processo civilizatório de viés conservador, com reflexos nas hierarquias sociais.

Essa teleologia evolucionista descarta a importância da civilização Saquarema, revelada por Mattos (1994), e a regressão ao princípio aristocrático, em relação às efervescentes primeiras décadas do século. No *Universal* de Ouro Preto, ainda em março de 1831, animava-se *O Liberalão*, um missivista, a afirmar que a “maior parte dos liberais de Minas é de pardos” e garantir que “Os pardos ainda não acharam um só insulto feito pelos Periódicos Liberais”. Em abril de 1831, o *Universal* conclamava: “Unam-se os Brasileiros de todas as cores, que infalivelmente cantaremos o triunfo da Liberdade”. Cremos, pois, que ainda que a difusão de padrões europeus fosse presente, esse padrão seria mais sutil e orientado pelos hábitos que por traços ‘raciais’ e fisionômicos.

O modelo branco europeu nos remete à escravidão no *Mentor*. Assim como os demais periódicos, ele pouco tratou da escravidão negra. Nas abordagens eventuais, foi crítico da escravidão — a ele repugnava “a venda de homens livres, segundo o direito natural” — nos padrões do liberalismo moderado, ou mesmo um pouco além, visto que chegou a elogiar o fim do tráfico. Isso num contexto em que a abolição imediata não esteve nos horizontes sequer dos liberais mais radicais, como Cipriano Barata e os exaltados da Corte, que pregavam o fim gradual e temiam a revolta escrava.⁸ O *Mentor* defendia a lenta emancipação dos crioulos — “um dia” e envolvendo uma “catequese” e a prestação de serviços “para pagarem o trabalho de sua educação” —, a introdução de máquinas e a colaboração dos homens na lida doméstica. A escravidão incomodava, sobretudo, pela depravação de costumes que implicava. Nessa direção, o *Mentor* destacava a importância da educação para combater a influência das “amas que são pretas comumente escravas, e também africanas” sobre as crianças. Pois aquelas aprendiam nos berços cantigas em língua dos pretos, fanatismo, superstições e corcundismos, expostas à lascívia e “sementes de estupidez [e] corrupção[,] nas tenras alminhas dos nossos filhos”, dizia o *Mentor* com texto extraído do periódico baiano *Escudo da Constituição*, em 2 de abril de 1830 (ver também 22 out. 1830).

Era, sem dúvida, a asseveração da civilização européia e branca, fruto da expansão colonial e apanágio do Liberalismo oitocentista. E também de um dos conjuntos de identidades mais caros à pedagogia liberal-moderada: escravidão, ignorância, fanatismo e despotismo. Sintetizado na “metáfora da escravidão política”, em que o cativo do trabalho e o do despotismo reuniam-se numa lógica peculiar. Enfim, uma civilização apropriada para um povo definido, de traços europeus e exclusões sociais e — implicitamente — de cor, mas preenche de conceitos de liberdade, igualdade e representação políticas, crítico do poder absoluto e de práticas aristocráticas e tradicionais. Um

Liberalismo difundindo-se em condições históricas peculiares: fora de lugar? Considere-se também que, àquelas mulheres, partícipes daquela ordem social e da lógica liberal, interessava a preservação de algumas das diferenças entre os sexos, ou, ao menos, um desejo de igualdade “entre homens e mulheres da mesma classe social”, com a manutenção do *status quo*.⁹

UM DISCIPLINADOR FEMININO?

Mas, qual o significado da pedagogia do *Mentor*? O fato de que seus redatores foram “homens falando para mulheres” os desqualificaria naturalmente? Para Campos, eles “arrogavam-se o papel de civilizadores e delimitavam a sua [da mulher] função na sociedade”. Julio e Fonseca salientam a criação de “padrões e regras”, Jinzenji refere-se a um “discurso prescritivo”, Laguardia-Resende alude à “prescrição moderada”. Seria essa a real dimensão do *Mentor*, o enquadramento de suas leitoras num “modelo ideal” de mulher? A interação e o emergir de interesses femininos que animassem a imprensa estariam, pois, ausentes de toda a primeira metade do XIX, uma vez que o periodismo de redação feminina surgiria na Corte apenas em 1852 e em Minas em 1872? A naturalização da dominação, desprezando-se as tensões em variadas formas, empobrece a compreensão desse processo, numa “exacerbação dos discursos normativos ... que não leva em conta as práticas sociais e os modos de resistência [e] induz a uma espécie de autofascinação pela infelicidade”. É essencial considerar essa relação a partir de uma ação peculiar de homens, histórica e socialmente localizada, como uma construção mútua, com reflexos para essa trajetória identitária, num “processo relacional complexo e contraditório com os homens”.¹⁰

De fato, o *Mentor* manteve, desde a sua primeira folha, a exclusão feminina de diversas atividades sociais, ainda que não peremptoriamente: “As senhoras[,] suposto não sejam destinadas para as armas, nem para a magistratura, e ministério da Igreja”. E, portanto, as estimulasse à atuação no plano doméstico. Assim, o discurso do *Mentor* pode ser facilmente classificado como masculino e “civilizatório”, no sentido de impor “regras de bom comportamento ... e padrões de conduta”, ou ainda padrões de “formação moral, intelectual e estética, através de um discurso preparado pelos homens”, ou uma variante “domesticadora” e de “enquadramento”.¹¹ Teria sido o *Mentor* um mero disciplinador feminino?

LUZES E SOMBRAS

O ascenso do liberalismo no Brasil e nas Minas do século XIX não fugiria das contradições da ‘luzes’ do tempo. O ideário liberal e iluminista e as jornadas revolucionárias ensejavam, em seus traços igualitários, a emancipação feminina, no entanto, persistiam as restrições quanto às qualidades racionais e éticas das mulheres e a conseqüente subordinação aos homens, num embaraço diante do conceito de igualdade. Basile aponta que

[para] Rousseau e outros ilustrados ... à mulher estavam destinados a família e o lar, pois não seria biológica, intelectual e moralmente capacitada a participar da vida pública; além disso, como e para que as mulheres iriam votar, já que, por definição, seriam dependentes e teriam as mesmas opiniões de seus maridos? Quando muito, aceitavam que a mulher fizesse uso de seu papel educativo para ... auxiliar na formação cívica de seus filhos, dos futuros cidadãos.¹²

Na Revolução Americana afirmou-se a mulher dedicada ao civismo doméstico, à educação familiar para a “virtude e a moral”. Na Revolução Francesa, após momentos de ativa participação reivindicatória, as mulheres figurariam como “cidadãs passivas” e prevaleceria a concepção de que cumpririam “um papel social importante atuando como mães, em suas famílias”. Assim, as contradições do *Mentor* não foram uma estranha exceção, num horizonte em que a dominação masculina é uma regularidade histórica e o papel secundário feminino chega a ser acusado como “um dos verdadeiros universais, um fato pan-cultural”, a despeito do desenvolvimento do capitalismo industrial. Por isso, nos limites de uma sociedade de matriz colonial e escravista, destacar o viés da dominação masculina esvazia o que foi significativo exatamente pela sua singularidade, por situar-se na fronteira social, porque a regra era a de pensar “como modelo de leitor o macho adulto e nacional”¹³

OS QUE PENSAM E OS QUE NÃO PENSAM:

A MODERADA EMANCIPAÇÃO DO *BELO SEXO*

Os limites da mulher liberal mineira às tarefas educativas na esfera doméstica era típica do século XIX, e a referência ao papel de esposa e mãe seria significativa mesmo para os periódicos redigidos por mulheres na segunda metade do Oitocentos, caso do pioneiro *Jornal das Senhoras*, de 1852. Nesse contexto, o *Mentor* oscilou entre o reconhecimento de defeitos ordinários do

sexo feminino — como a demasia no falar, no uso de enfeites e modas esquisitas e ainda “uma propensão quase natural para agradarem não menos pela vivacidade do seu espírito, que pela presença de sua beleza” —, e a compreensão de serem estes, assim como o medo e a timidez, “não ... mais que efeito de uma má educação”. Ou ainda, que, a despeito do reconhecimento de ídolos e papéis sociais diversos, a diferença essencial entre as “classes” seria a existente entre “uma de pessoas que pensa, outra de pessoas que não pensam; e esta diferença procede quase unicamente da educação” (26 mar. e 1º out. 1830; 28 jan. 1831). Na fronteira da educação da mulher do princípio do século XIX, o *Mentor* também combateu o ócio e a restrição da mulher ao “regime doméstico de uma casa”, que consistia “em administrar os escravos, arranjar uma caixa de roupa, coser uma camisa e tratar de seus enfeites”. E ainda, na contramão da condição de “cativoiro” das jovens das famílias abastadas mineiras, citada por Saint-Hilaire, criticou os casamentos impostos pelos pais às jovens e o dote. À luta do *Mentor* contra o dote, ausente ou periférica nos trabalhos aqui citados, “juntar-se-iam” na França os socialistas saint-simonianos e fourrieristas ou a escritora George Sand.¹⁴

A empresa do *Mentor* contra o dote e o casamento arranjado ia de encontro aos enraizados costumes da “boa sociedade mineira”, da qual faziam parte o seu público-alvo e a base masculina da moderação, revelando um incômodo confronto. O *Mentor* defendia o matrimônio em que a “inclinação recíproca viria a ser o nó da união, e esta não seria um vil tráfico do interesse, mas sim uma doce troca de prazeres e socorros mútuos”. O modelo conjugal do *Mentor* pregava o conhecimento prévio entre as partes e a convivência, para além dos acordos matrimoniais de interesse e da idealização trágica e irracional do amor romântico (10 jun., 15 jul., 16 dez. 1831).

A sua escolha foi a escolha do amor[,] as conveniências humanas não formaram o laço que os prende, seguiram as suas simpatias, por isso vivem ditosos. Assim a sua amizade é durável; têm os mesmos pensamentos, têm as mesmas vontades; ah! têm as mesmas virtudes! Que lhes importa o mundo os seus prazeres e os seus desvarios? Cada um acha no objeto que ama universo de delícias: sim acha tudo o que a imaginação pode criar de mais brilhante e o que a esperança pode prometer de mais apetitoso! A verdade, a bondade, a honra, a ternura, o amor, enfim[,] os mais ricos presentes do céu, todos lhe são concedidos como prêmios da sua boa união, e em pouco tempo entram a ver crescer em roda de si uma posteridade abundante e feliz: as flores da infância vão se abrindo diante de seus olhos, e cada dia uma nova graça, uma nova formosura[,] ornam os do-

ces frutos dos seus amores: já os seus filhos são os retratos tanto das virtudes do pai como da beleza, e agradados[,] de sua mãe: a sua razão se fortifica e com ela se preparam para receber grandes lições de sabedoria e os elementos das Ciências ... O contentamento e o sossego do espírito, uma abundante riqueza, mas sem profusão, a amizade, os livros, as ocupações úteis e os divertimentos decentes. (15 jul. 1831)

Isso num contexto, mesmo europeu, em que a educação das jovens da boa sociedade pautava-se pela moral, inocência e aquisição de conhecimentos sumária, numa “pedagogia da ignorância”, como aponta Houbre. Afirmando ou alimentando a lógica liberal, a missivista alcunhada *Varinha de Marmelo* atacaria o rival *Amigo da Verdade* denunciando o anúncio de venda da *Significação amorosa das flores, ou Linguagem das Amantes, dedicada à mocidade*. O opúsculo, provavelmente direcionado aos jovens que não podiam conhecer-se diretamente, e o fariam por meio de códigos florais, fundia a etiqueta do Antigo Regime com laivos do amor romântico, que podiam conviver com preservação do controle paterno. Ancorada na frugalidade liberal, a *Varinha de Marmelo* ironizava a “boa moral” oferecida pelos absolutistas tão ciosos da moral e da religião (21 jul. 1831).¹⁵

Enfim, dentro dos limites assinalados, pregava-se a educação como caminho para a “emancipação do *belo sexo*”, num combate à misoginia do despotismo, apontada em Nero e Calígula (7 dez., 14 dez. 1829) e das práticas tradicionais da vida cotidiana. Às vésperas da Revolução do Sete de Abril, que engendrou a abdicação do Imperador, o *Mentor* apontava as dissimetrias no trato com o feminino em relação aos periódicos que apoiavam D. Pedro I, cada vez mais associado ao despotismo: “Os escritores do governo não tem curado de instruir o Belo Sexo, mas até o tem insultado, e hoje se opõe disfarçadamente à sua civilização. E esses homens querem unicamente as mulheres para servirem de pasto à sua desonestidade; e pouco importa que elas sejam escravas e ignorantes, e como tais as tratam” (11 mar. 1831).

Assim, reconhecendo o papel já realizado no “desenfadar de ... penosas fadigas” secundando aos “homens sobrecarregados de negócios públicos”, na “economia doméstica” e nas “doçuras do himeneu”, o *Mentor* afirmava a faculdade feminina para as coisas do espírito, sendo, pois, “dignas de uma instrução mais sólida” e “capaz[es] de conceber idéias sublimes”. A partir desse reconhecimento é que se propunha, desde o seu primeiro número, “a redigir essa Folha, dedicada tão somente às estudiosas brasileiras”. No campo da doutrina, ofereciam-se conceitos básicos às leitoras, que não deviam fazer má fi-

gura nos salões e que deveriam, pelo tempo disponível, meditar mais profundamente que os homens acerca de tais assuntos. Sob a batuta do *Mentor*, as leitoras aprenderiam as vantagens do sistema constitucional e monárquico e da moderação, a mediania entre a “tumultuosa democracia”, da mera República, e a “soberba aristocracia”, abismos do despotismo (30 dez. 1829). Armadas da nova educação liberal as mulheres mineiras tinham um papel a cumprir, o da educação da família: “Educai vossos filhos no amor da pátria ... fazei vossos maridos respeitar a Constituição, e as Leis”. Assim, a “influência do *belo sexo*” relacionava-se à maternidade e ao casamento. Ainda que imerso nas desconfianças relativas à capacidade intelectual feminina, afirmava que “as nossas brasileiras, as quais possuindo uma viveza de espírito quase superior a dos homens melhor podem ser as sentinelas vigilantes” (30 dez., 30 jun. e 10 abr. 1830).

BALBUCIANTES VOZES

Além da fala da redação, numa prática comum à época, as correspondentes femininas manifestavam-se e o *Mentor* estimulava a expressão de suas leitoras (22 fev. 1830). A primeira missivista do *Mentor* cognominava-se *A Brasileira Constitucional*. Observava a não inferioridade dos deveres femininos, ainda que, por razões de ordem física e pela exclusão das funções civis, destinados à administração caseira, sustentando a orientação da Folha. Aqui vemos uma interação, que, mais que um *feedback*, indicado por Jinzenji, ou “resistência”, como aponta LaGuardia-Resende, sugere que o *Mentor* era, em boa medida, fruto dessa relação.

E será de pouco momento o governo de uma família? Uma família, ao meu ver, é uma pequena sociedade, é um império em miniatura: para bem governá-lo é preciso alguns conhecimentos práticos, conhecimentos que unicamente são adquiridos pelo estudo do coração humano. Ainda mais: as mulheres são encarregadas da educação da espécie humana nos primeiros anos da vida; são elas que lançam nas tenras almas das crianças as primeiras sementes das virtudes, ou dos vícios; são elas que lhes comunicam as primeiras verdades ou erros: ... que principiam a dar as primeiras lições dos bons costumes: e haverá quem duvide, que estes valem tanto, ou mais[,] que as boas leis? (30 dez. 1829)

Jinzenji aponta para a relativização da oposição entre público e privado, na dimensão percebida pela missivista do *Mentor*, da família como “micro-

cosmo da pátria”, *numa* abordagem das relações de gênero e poder como “‘esfera’ sócio-cultural única e múltipla”. Perguntamo-nos se esse ângulo, ainda que útil para a percepção da dialética entre sociedade e Estado, pode ofuscar a tensão acerca da participação política feminina no contexto das primeiras décadas do século XIX, visto que a participação política e da construção da nação não estava ausente do horizonte das ‘patrícias’, como demonstra Maria de Lourdes Lyra.¹⁶

Outra missivista, a *Brasileira Inimiga do Despotismo*, da capital Ouro Preto, retratando-se como uma “balbuciente voz”, reconhecia a oportunidade de “um Mentor” e, incontinenti, produziu um vigoroso libelo contra o despotismo. A *Crenda de Minerva* dava graças pela parte tomada pelo *Mentor* na Educação do *belo sexo* e afirmava-se pronta para a sua defesa. A *Patriota Baependiana* invectivava contra os corcundas. A *Baependiana amante da Constituição* pregava o entusiasmo contra o “criminoso indiferentismo” (28 abr., 11 jan., 4 jun., 23 abr. 1830). Já Maria Magdalena Felizarda de Mello, da vila de São Bento de Tamanduá, num raro caso de ruptura do anonimato e pondo em xeque a idealização do público alvo, expunha-se como uma arquetípica leitora do *Mentor das Brasileiras*:

Como graças às liberais instituições que nos regem e aos esforços sobremaneira patrióticos da sua bem redigida folha, já não somos consideradas zero na Sociedade; e preminente seja a sem razão de alguns homens austeros, que impondo-nos deveres e exigindo-nos virtudes, pretenderam vedar-nos toda espécie de glória e fazer-nos até um crime d’aspirar a honra, se bem que cercada de afazeres domésticos à meu cargo, resolvida estou a economizar o tempo e dele consagrar uma parte à leitura do *Mentor*; portanto rogo-lhe, contando-me desde já no número de suas assinantes, me remeta pelo primeiro correio... (27 jan. 1830)

A SIMPLICIDADE DAS PATRÍCIAS E O RIGORISMO DA MODA

Valorizava o *Mentor* a “delicadeza do comportamento” do *belo sexo*, a modéstia, a humildade e o cultivo do espírito em contraposição à excessiva valorização da beleza física. O *Mentor* combateria o luxo demorado, as frivolidades da Corte e o “rigorismo” da moda, sugerindo a moderação (12 mar., 28 abr., 7 jul., 7 set. 1830). Defenderia o tributo sobre as lojas de moda (16 mar. 1832) e a simplicidade às patrícias, como mais adequada que as modas estrangeiras, mormente francesas, mas também inglesas, como se observa na

publicação de extrato do *Tribuna do Povo*, em 4 de março de 1831 ou em matéria de 5 de novembro de 1830. Nesse sentido, o *Mentor* se utilizaria de outros periódicos, em particular do *Simplicio*, da Corte do Rio de Janeiro:

Nem tudo se pode conseguir de uma vez, é verdade; mas já era tempo das nossas belas Patrícias conhecerem que o desordenado luxo tem sido e é um dos engodos com que o despotismo costuma entreter os povos, para que não sintam as pesadas algemas com que lhes arroxam os inocentes pulsos! O luxo e a profusão de modas estrangeiras não tem outro préstimo senão para iludir e empobrecer os incautos, tornando-os indiferentes aos gemidos da Pátria oprimida! Quantas vezes um peralvilho rigorista deixará de se prestar a seus deveres, em algum perigo do momento, só porque a multidão de lenços, coleiras de chita, cordões, transeleiros, tufos, alfinetes de passarinho das Maurícias etc. etc. lhes obstam voltar o pescoço enterrado em gola e meia de casaca, que também com o aperto das cavas impedem o uso dos braços; tornando-se além disso quais Elefantes (é o nome porque são agora conhecidos os *Petitmaitres*!) impossibilitados de dobrar os joelhos dentro da afunilada estreiteza de uma coisa chamada calças, com que andam muito contentes expostos aos gracejos de algumas Senhoras, que chamam aos de perna fina — Siris Candêas! (Extraído do *Simplicio*, 10 jun. 1831)

Para LaGuardia-Resende, o discurso contra a moda teria com fito o controle masculino dos corpos femininos, ao passo que a moda seria “um exercício da opinião [que] poderia conduzir as mulheres à autonomia” e, até, “ameaçar a tradicional divisão sexual do trabalho”. Tratar-se-ia da imposição de um ideal de masculinidade, oposto a fantasiosos *petitmaitres* e às mulheres, ambos excluídos da *polis*, e uma mostra do conservadorismo do *Mentor*. Parece-nos historicamente mais verossímil que a frugalidade em tela se contrapunha às práticas cortesãs do Antigo Regime e às maneiras aristocráticas, coerente com o ideário liberal coevo (2 mar. 1832). A crítica ao “luxo e a vaidade” seria ainda retomada, por Dona Francisca Senhorinha no *Sexo Feminino*, primeiro periódico mineiro de redação feminina, cinquenta anos depois, exatamente quando se encetava a luta pelo trabalho e o voto das mulheres.¹⁷ Era num contexto anti-aristocrático e nacional que se afirmava que o melhor gosto seria o da invenção das patricias (22 out. 1830) e fazia-se a carga contra a “tafularia” dos “*petitmaitres*”, ou a “fofice de ... embonecados” (11 fev. e 12 ago. 1831; 14 abr. 1832).

Novamente as teses do *Mentor* encontravam eco, seja pelo seu reconhecimento ou pela polêmica que, enfim, demonstra uma interação viva entre o periódico e as leitoras. A ouropretana Beatriz Francisca de Assis Brandão de-

fenderia a perda de horas de “toilette” em favor da leitura e do trabalho, afirmando esses méritos contra a beleza efêmera. Beatriz Brandão teve uma trajetória inquietante para a compreensão das contradições do papel feminino no contexto mineiro da época. Com formação intelectual excepcional, Beatriz Francisca foi professora, poetisa e tradutora — conhecendo bem o italiano, o espanhol e o francês —, candidata a membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e divorciada.¹⁸ Também a *Crenda de Minerva*, recorrendo a exemplos da Antiguidade Clássica, afirmava a prudência no gosto (4 jun. 1830). Já a missivista *A Sentinela do Mentor* queixava-se quanto à promessa não cumprida de notícias sobre a moda na Corte. Relatando um diálogo com uma outra assinante, a quem interrogava se o *Mentor* tornara-se “fastidioso”, reproduzia: “não minha amiga[,] as doutrinas são belas e instrutivas; porém prometeu-nos dar alguns artigos sobre modas[,] não é possível que nos satisfaça nesta parte”. No mesmo número, o *Mentor* responderia, sob o título de *reflexões*, lamentando a falha, por dificuldades de obter tais informações, mas também reiterando suas posições:

mesmo quando nos fosse fácil obtê-las, nós não seríamos pródigos em espalhá-las; por isso mesmo, que não desejamos na nossa pátria a superfluidade do luxo, causa principal da ruína total de muitas famílias, que constituindo todo o seu patrimônio no vestuário cavam a ruína dos filhos, às vezes com a mesma perca dos bons costumes. O nosso alvo principal é a ilustração do espírito das Jovens filhas do Brasil e por isso cuidaremos menos em modas que em sãs doutrinas. Além disto nos parece uma espécie de pouco senso o querer-se sempre imitar no traje aos Estrangeiros, como se eles sejam os proprietários do bom gosto;...” (10 abr. 1830)

A polêmica sobre o luxo e a moda continuaria; a *Amiga do bom gosto* argumentaria com peças de prata e ouro dos antigos patriarcas hebreus e civilizações da Ásia e México, defendendo a força do costume e apontando o fomento econômico, de indústria e empregos. A missivista defendia racionalmente o seu ponto de vista, nos termos da doutrina liberal — com destaque para o argumento do mercado —, criticando e ao mesmo tempo reconhecendo-se na lógica liberal-moderada perorada pelo periódico. Ou seja, na virtude da mediania:

sem que eu seja taxada de minimamente cobiçosa das modas, e muito menos de temerária em falar em objetos tão delicados, de que melhor se deviam encarre-

gar os grandes economistas, jamais aprovarei o total abandono do luxo e das Modas prudentes, que nos dando certo realce que nos deve ser próprio, não são todavia incompatíveis com a verdadeira virtude; pois que bem certa estou em que a mediocridade é que constitui a virtude, e que todos os extremos são sempre viciosos. (5 maio 1830)

O *Mentor* se renderia momentaneamente à “instância de algumas senhoras” quanto às notícias da moda, com descrições de vestidos e adornos colhidas em jornais franceses (28 maio e 21 jul. 1830). Porém o centro de sua reflexão será cada vez mais ácido com o rigorismo da moda, em uma polêmica que mostra a dinamicidade e a dialogicidade do *Mentor*.

NA ANTE-SALA DO ESPAÇO PÚBLICO

Ainda que recomendasse a lida feminina no âmbito doméstico, como esposa e mãe, o *Mentor* pregava o ingresso das meninas em escolas públicas. Isso quando a instrução das meninas enfrentava resistência dos pais (12 mar. 1830), a escola pública era incipiente, segundo as estatísticas conhecidas, e “não gozava de legitimidade inequívoca, mesmo no interior do Estado provincial”, de hegemonia liberal e moderada. As opções para as meninas da elite eram o enclausuramento, familiar ou religioso, e os internatos. Na contracorrente do *habitus* da dominação masculina em voga¹⁹ e das permanências da sociedade colonial e do Antigo Regime, o *Mentor* observava o proveito da socialização e a conquista de habilidades necessárias para uma incipiente ação na esfera pública: “grandes vantagens ... se acham na educação pública, a qual dá uma certa afonzeza [*sic*] e desembaraço na mocidade, que faz que uma menina não tema a luz do dia (isto é[,] a falar em público) e a cura de uma certa pusilanimidade” (12 mar. 1830).

Atacava-se o limite da educação tradicional, com o ensino de costura, dança, piano e primeiras letras, e mais recentemente de um pouco de desenho e do francês, estes três últimos ainda para poucas meninas. Considerando o “espírito feminino ... ao menos tão apto como o do homem” — mesmo que fosse impertinente obrigar todas aos mesmos estudos dados aos homens —, concluía pela oportunidade do aprendizado de francês, geografia e história pelas meninas (18 fev. 1831). O *Mentor* divulgava os esforços das professoras de primeiras letras que se dedicavam à nova concepção de educação feminina. Os exames públicos de várias vilas eram noticiados, e professoras, como Policena Tertuliana de Oliveira, de São João del Rei, destacavam os avan-

ços de suas pupilas (23 dez. 1829, 23 jun. 1830). Jinzenji questiona a fidedignidade desses discursos e aponta um desconforto num “espetáculo” de cunho político (Jinzenji, 2008, p.204-215). Não nos parece razoável a sua falsificação, pela ausência do anonimato, e a construção da percepção liberal era, de fato, uma ação simbólica consciente.

A transformação em curso não era despercebida por essas mulheres, indo ao encontro ou sendo ouvidas pelo *Mentor*? Em seu discurso por ocasião dos exames públicos de primeiras letras de meninas de Baependi, a mestra D. Jacinta Carlota de Meireles referia-se, à guisa de desculpar-se de supostas limitações em seu trabalho, às diferenças de concepção da educação feminina: “a educação que tive, conseqüência infalível do despotismo com que fui amamentada, tornando-me pouco apta para o Magistério que ocupo, o natural acanhamento, fruto de um princípio tal, e nenhum costume de aparecer em público”. D. Jacinta destacava a habilidade no espaço público, ainda que reconhecesse o papel da mulher como doméstico (23 jul. 1830).

A despeito da intrínseca domesticidade da ação feminina, a pedagogia do *Mentor* podia alcançar patamares surpreendentes. Comentando, com base em “jornais de Paris”, a participação ativa de mulheres nas jornadas de 1830 e, em especial, o heroísmo de uma menina de dezenove anos que lutara “à frente dos combatentes, armada de uma espada” e, no cessar-fogo, dedicara “carinhosas atenções aos feridos”. Afirmava o redator ser aquela “uma daquelas lições que julgamos recomendáveis às nossas brasileiras, para que se algum dia ... a nossa pátria se achar em uma crise semelhante, elas saibam denodadamente se opor aos tiranos traidores, que intentarem sujeitar povos livres ao jugo da escravidão” (12 nov. 1830). O *Mentor* tocava nos extremos da ação feminina, ainda que num exemplo romântico e sem as originais tensões republicanas, nas jornadas da França e em outros exemplos (10 dez. 1830). Surgiriam referências a mulheres na Revolução Pernambucana de 1817, a uma intelectual italiana e a heroínas da América Hispânica (23 abr. e 19 nov. 1830), além do trabalho de economia da inglesa Jane Marcet, como destaca Jinzenji. Assim, o *Mentor* pode ter forçado as mesmas cadeias de que seria o carcereiro. Não é exato, portanto, que, em perspectiva, “no espaço público sua atuação [se] resumiria a comportar-se polidamente sendo o símbolo da mulher virtuosa e ilustrada”.²⁰

Exatamente esse horizonte traria a desconfiança de homens, provavelmente liberais: “testemunha temos sido das alterações que se não suscitado entre os defensores das mulheres e seus antagonistas; ... defender as mulheres tem sido o mesmo que ofender a quase todos os homens” (29 out. 1830). Não podemos afirmar a existência e a intensidade dessas críticas. Desejaria o *Men-*

tor valorizar a sua pedagogia? Os seus antagonistas seriam simbolizados num tipo, o “Velho Ginja”, a praguejar numa botica. Um personagem significativamente pleonástico, visto que “ginja” já significava “Homem velho, que segue as máximas e usos antigos”.²¹

Ah rapazes, rapazes, maganões da primeira classe que querem virar o juízo de um pai de família!!! Periódico para mulheres! Aonde já se viu isso no mundo? Mulheres também saberem de Política, isso é querer mudar a ordem das coisas, mulheres que devem ser criadas com recato, fechadas, e que nem devem ver a luz do dia lerem folhas, e saberem das novidades! Nada, nada, não há de ser na minha casa; a estas palavras acudi com fogo. (28 abr. 1830)

Mesmo o Liberalismo exaltado da Corte, como o que incentivava as mulheres à revolução, como o da *Nova Luz Brasileira*, indicava sua ação na “esfera familiar e doméstica”, como “as primeiras a combater o infame governo absoluto, excitando maridos, paes, e irmãos”. A diferença estaria na ênfase da ação violenta e na origem social das leitoras, intrínseca ao projeto exaltado. Também os “exemplos estilizados”, das heroínas francesas e outras, seriam citados.²² A semelhança de exaltados e moderados com respeito à domesticidade feminina desnuda a vacuidade da classificação do *Mentor* por essa característica e exige uma leitura mais concreta e matizada de seu significado político.

A pedagogia do *Mentor*, dentro da tradição da imprensa liberal-moderada, orientaria também as guinadas conjunturais daquela dinâmica esfera pública, articulando e construindo a moderação. Nos primeiros tempos Pedro I era “o melhor dos monarcas”, o “Pai da Pátria” e, sem estranhamento, a Imperatriz era objeto de admiração, as críticas cresceriam em direção aos seus ministros e conselheiros. Com o Sete de Abril e a abdicção, o ex-Imperador se tornaria “um hipócrita refinado” e comparado a Nero. Com a radicalização do processo político e a agitação exaltada, as patricias foram alertadas para os perigos da anarquia, das “folhas incendiárias” e do “povo bárbaro” da Corte (30 dez. 1829; 11, 15 e 18 jan., 22 fev., 2 e 23 abr. 1830; 20 e 29 maio, 24 jun., 5 ago., 15 dez. 1831; 9 mar. e 4 maio 1832).

UMA PEDAGOGIA REQUINTADA

É essencial tratar da peculiaridade estilística, do *Mentor das Brasileiras*, para além de notícias nacionais, principalmente da Corte, e mais eventualmente estrangeiras, dos comuns textos doutrinários acerca do Liberalismo e

dos fatos políticos e da construção das identidades políticas dos liberais e de seus contrários, como na preleção “Sinais característicos dos Corcundas e dos Liberais” (1º fev. 1830). Devemos salientar o compromisso de publicação de “extratos de história moderna”, sobretudo do Brasil (30 jun. 1830). A interrupção da “História do Brasil” mereceria reparo da leitora *Uma que se não esquece*, e na ocasião o redator revelaria ter havido recomendações contrárias à seção. A quem não interessaria que o “belo sexo” se interessasse por tais assuntos? E ainda, haveria essa advertência se o *Mentor* não fizesse diferença para o seu público, ou se esse público de fato não existisse?

Mas a principal peculiaridade do *Mentor* era o continuado uso de fábulas, parábolas, diálogos e episódios da antiguidade, em forma de “contos morais”, “reflexões”, “anedotas” e “variedades”. Essas peças eram esgrimidas, por vezes com explicações de seu sentido, como metáforas do combate ao despotismo e referências às virtudes de caráter, tais como a modéstia, o pudor e a discrição (6 jan. 1830, 30 nov. 1829, 17 jun. 1831). A originalidade maior seria a publicação de fábulas,²³ acompanhadas de uma exegese, em geral sob o título de “moralidades”. Ao longo de sua existência o periódico mineiro desfilou cães, lobos, leões, carneiros, gaviões, pombas, gatos, crocodilos, cavalos, javalis, rãs, cabras, águias, porcos, gatos, burros, macacos, pastores, reis, príncipes, outros personagens incidentais e, mesmo, objetos como um chafariz. As morais eram quase sempre de desconfiança dos ardis do poder. Citamos aqui como exemplar a fábula “O Lobo e os Cães”:

Um Lobo, inimigo figadal de uns cães que lhe arrancaram das garras um formosíssimo rebanho de ovelhas, que tinham servido de pasto ao mesmo lobo, e a seus maiores, teve a habilidade de meter-se na amizade dos cães, e persuadir a estes, que os ajudaria d’ali em vante em defender, e guardar o rebanho. A harmonia, e boa inteligência, que observava neles lhe causava grande desgosto; e tais intrigas armou o maldito lobo, que conseguiu inimiza-los; e como cada vez os excitasse mais por todos os meios imagináveis, teve a satisfação de os ver em campo às dentadas uns nos outros. O intrigante, que nenhuma outra coisa desejava, deu pulos de contente; e para não perder o lança correu ao curral, e foi tratando de degolar as ovelhas, e matar a fome, que o devorava; então os cães lobrigaram de longe aquela cena, e unindo-se todos correram ao inimigo comum, e o fizeram em pedaços. (14 jan. 1831)

No comentário à fábula, sob o título de “moralidades”, o lobo é como “muitos daqueles Monarcas hipócritas, que nutrindo em seu peito ardentes

desejos de serem absolutos, afetam aparentemente serem amigos das boas instituições” e que “de mão oculta procuram todos os meios de desgostos aos povos, semeiam discórdias entre os Cidadãos, transtornam a Sociedade”. A moral era “União, e olho vivíssimo” (14 jan. 1831), e vinha a lume a quase três meses da abdicação do imperador.

Qual a razão da enorme importância das fábulas, assim como da profusão de outras linguagens, e da intervenção do redator? A natural incipiência do *belo sexo* diante das questões apontadas, da política ao enfrentamento das tradições sociais, buscando iniciar as patricias na “perfectibilidade de princípios capazes de o tornar habil para a compreensão de materias difíceis por sua natureza”, como admite o *Mentor*? Seria, de fato, um “cerceamento de leitura”, a imposição de “leituras corretas”, um dirigismo e uma vigilância, a construção de um “leitor modelo” guiado pela “moral” imposta? Talvez, mas não podemos perder de vista que o tom didático, na forma de diálogos, “dicionários”, anedotas e parábolas foi comum desde os panfletos da época da Independência,²⁴ voltados para qualquer público. E também que isso não impediu o tratamento de questões espinhosas como a da “federação”, no momento em que esta já era identificada pelos inimigos como apanágio do Liberalismo exaltado, citado pelo próprio *Universal* de Ouro Preto (18 abr. 1831). O que nos parece evidente é o poder comunicativo dessa escolha no espaço da opinião pública.²⁵

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva da história política, da interação com o poder e a sociedade global, como ensina Rémond, a interação entre o *Mentor das Brasileiras* e as suas leitoras é uma fresta que permite entrever algumas possibilidades e potencialidades da sociedade civil brasileira das primeiras décadas do século XIX. A prática do *Mentor* mostra que a sociedade não era amorfa e que as ações de uma elite política com capacidade organizativa, de “representantes políticos e literários”, influenciava e interpretava segmentos socialmente integrados à sociedade de abastecimento mineira. Construía-se uma opinião pública, na relação entre a sociedade civil e a sociedade política, numa “relação pedagógica”²⁶ que não era resultado imediato de quaisquer estruturas, econômicas ou mentais.

O *Mentor* vislumbrou, no bojo da lógica liberal-moderada, um público diferenciado e estabeleceu com ele uma relação que não foi meramente im-

positória. Nesse sentido, foi também um intérprete, ao menos parcialmente reconhecido, de seu público. Se a identidade feminina liberal foi uma proposição do *Mentor*, não o foi sem a interação com seu público. A ênfase em uma dimensão prescritiva, prenhe de padrões, regras “civilizatórias”, e um certo anacronismo, esvazia o significado histórico do *Mentor*. A soma da atribuição de um ideário às mulheres mineiras do período, e da sua previsível frustração, e de uma rígida leitura das intenções dos redatores, desconhece a legitimidade da experiência cultural daqueles agentes sociais. Arrisca-se a um modelo atemporal de emancipação feminina, num tempo vazio e homogêneo, falta de contexto e história, que se contrapõe ao processo social contraditório e complexo.²⁷

De fato, no quadro da lógica e da construção da hegemonia liberal-moderada — da escravidão, da propriedade, da dominância masculina, dos costumes tradicionais, das restrições à escolarização feminina, dos casamentos arranjados e do dote — o *Mentor* forçou os limites e proporcionou àquele segmento feminino argumentos emancipatórios e a possibilidade de vislumbrar o espaço público. Não se tratou de uma ruptura espetacular ou mesmo, vitoriosa, mas de uma sutil resistência à forma de dominação oriunda do Antigo Regime, entranhada nos costumes das famílias e no poder da Igreja.

Essa disputa simbólica em torno da identidade da mulher representa, aos olhos do historiador, um “excepcional normal”, possibilitando buscar “o mais comum no menos ordinário”, como diz Chartier, ou seja, perscrutar as fimbrias entre política e sociedade, no bojo da construção da nação, possibilitando, numa perspectiva de pequena escala, avançar na ruptura com a difundida leitura de uma nação inexistente ou fictícia, como resultado ou possibilidade, sobretudo nos momentos de maior efervescência política do Brasil oitocentista. Possibilitando uma ótica pela qual as nações são imaginadas e reais, frutos de disputas simbólicas e direções de hegemonia, realizadas por agentes históricos imersos em contradições e em interativa formulação.²⁸

NOTAS

¹ Cf. SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842). In: NEVES, Lúcia Maria B. P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria B. da C. (Org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006. p.37-59; e MOREL, Marco. La génesis de la opinión pública moderna y el proceso de independencia — Rio de Janeiro 1820-1840. In: GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick et al. (Org.). *Los espacios públicos en Iberoamérica*. México:

Fundo de Cultura Económica; Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, 1998. p.300-320.

² Cf. *O Mentor das Brasileiras*, 26 nov. 1829; e JINZENJI, Mônica Yumi. *Gênero, cultura impressa e educação: lições de política e moral pelo periódico mineiro O Mentor das Brasileiras* (1829-1832). Tese (Doutorado) — Faculdade de Educação, UFMG. Belo Horizonte, 2008. p.79-87. O trabalho de Mônica Jinzenji na perspectiva da história da educação oferece um amplo mapeamento do periódico, que inclui a sua materialidade, circulação, fontes e concepção de educação; é especialmente rico para o processo de apropriação dos textos pela redação do *Mentor*.

³ Cf. MOREL, Marco, 1998, p.307-309; GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002, v.2, p.20-21, e v.3, p.95 e 222; e SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais* (1830-1834). São Paulo: Hucitec, no prelo.

⁴ A perspectiva civilizatória esteve presente no reformismo português e coimbrão e seria mantida com a centralização da segunda metade do XIX. Ver LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994; FERRAZ, Socorro. *Liberais & liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX*. Recife: UFPE, 1996. p.61-80; e MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: ACESS, 1994. Para os limites e contradições das próprias matrizes teóricas e históricas do Liberalismo, cf. LOSURDO, Domenico. *Contra-história do Liberalismo*. Aparecida: Idéias & Letras, 2006; OLIVEIRA, Cecília Helena de S. “Tramas políticas, redes de negócios”, p.390, e JANCSÓ, István. “Este livro”, p.16 e 20, ambos em: JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Unijuí; Fapesp, 2003. Distanciamos-nos das interpretações que negam a existência do Liberalismo no Brasil, ou das que identificam suas características peculiares como homogêneas e oriundas, de forma imediata, de condições estruturais. Para uma síntese desses dois vieses, ver BOSI, Alfredo. Raymundo Faoro leitor de Machado de Assis. *Estudos avançados*, São Paulo: USP, v.18, n.51, 2004, p.372-373, nota 5.

⁵ Numa peculiar economia de abastecimento mineira. Cf. LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988; GRAÇA Filho, Afonso de Alencastro; LIBBY, Douglas C. *A economia do Império brasileiro*. São Paulo: Atual, 2004. p.16-25. Para São João del Rei, GRAÇA Filho, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei* (1831-1888). São Paulo: AnnaBlume, 2002.

⁶ Para as críticas ao ‘elitismo’, ver MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais — 1828-1842*. Belo Horizonte, 2006. Dissertação (Mestrado) — Departamento de História, UFMG. p.73; e JULIO, Kelly Lislie; FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. A educação através do corpo: dois mundos que se encontram. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, Londrina: Anpuh, jul. 2005. *Anais...* Disponível em: www.anpuh.uepg.br/; acesso em 10 dez. 2005. Para a condição de reclusão, cf. SAMARA, Eni de M. Mão-de-obra feminina, oportunidades e mercado de tra-

balho, no Brasil do século XIX. In: SAMARA, Eni de M. (Org.). *As idéias e os números do gênero: Argentina, Brasil e Chile no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997. p.27.

⁷ Cf. CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A Marcha da Civilização: as vilas oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes — 1810/1844*. Belo Horizonte, 1998. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Minas Gerais; e JULIO, K.; FONSECA, T., 2005, p.5-6. Para a inclusão dos pardos, ver SILVA, Wlamir. “Homens de cor! Irmãos”: os pardos na pedagogia liberal-moderada mineira do período regencial. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v.XXXI, n.1, jun. 2005, p.61-77.

⁸ Ver MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador, Academia de Letras da Bahia; Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001. p.348-351; e BASILE, Marcelo Otávio N. de C. *Anarquistas, rusquentos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na corte imperial*. Rio de Janeiro, 2000. Dissertação (Mestrado) — Depto. de História, IFCS, UFRJ. p.119-120 e 132-133.

⁹ Cf. SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*, Porto Alegre, v.2, n.20, p.71-100, jul.-dez. 1995; e Prefácio à *Gender and Politics of History*, 1994, p.11. Ver ainda COSTA, Suely G. Gênero e história. In: ABREU, Marthá; SOIHET, Rachel (Org.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p.193; e SAMARA, Eni de M., 1997, p.33.

¹⁰ Para o ‘discurso prescritivo’ e quejandos, ver JULIO, K.; FONSECA, T., 2005, p.2-3; JINZENJI, 2008, p.97, 116 e 180; e LaGUARDIA-RESENDE, Adelaine. O *Mentor das Brasileiras* e a resistência feminina na ordem nacional oitocentista. In: CONGRESSO BRASA, 9, 2008, New Orleans. *Papers from IX BRASA*, New Orleans, 2008, p.9. Para o surgimento da imprensa de redação feminina, HAHNER, June. La prensa femenina del siglo XXI y los derechos de las mujeres em el Brasil. In: LAVRIN, Asunción (Comp.). *Las mujeres latinoamericanas*. Perspectivas históricas. México: Fondo de Cultura Económica, 1985. p.289-299; NASCIMENTO, Cecília Vieira. *O sexo feminino em campanha pela emancipação da mulher*. Belo Horizonte, 2004. Dissertação (Mestrado) — Depto. de educação, FAE, UFMG. Para o ‘processo relacional e complexo’, ver COSTA, Suely G., 2003, p.194-195. Ver também SCOTT, Joan. Prefácio à *Gender and Politics of History*. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.3, p.11-27, 1994.

¹¹ Ver CALSAVARA, Eliane L.; MORAIS, Christianni C. A educação moral do *Bello Sexo* em São João del-Rei no século XIX à luz da visão masculina. CONGRESSO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA UFSJ, 2, São João del-Rei, *Caderno de resumos...*, 2004; JULIO, Kelly L.; MORAIS, Christianni C. O Aparentar do “Bello Sexo”: esposa e mãe do cidadão sanjoanense no século XIX. *Caderno de Resumos...*, 2004, idem; e NEVES, Maria Alciene; LaGUARDIA-RESENDE, Adelaine. O jogo e a identidade em *O Mentor das Brasileiras*. In: ENCONTRO REGIONAL DA ABRALIC, 11, 2007, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2007.

¹² Para o embaraço liberal e revolucionário, ver PRIORE, Mary Del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos César Dutra de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p.218-219; BASILE, Marcelo. Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império. *Topoi*, Rio de Janeiro:

UFRJ, v.3, p.91-130, set. 2001. Quanto ao papel da mulher, os exaltados da Corte estiveram à frente dos moderados e do mundo, defendendo a sua cidadania política, cf. p.105-106.

¹³ Para a questão da cidadania, ver PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. p.268-269. Para a regularidade da opressão de gênero, COSTA, Suely G., 2003, p.196; ORTNER, Sherry. Is female to male as nature is to culture? In: ROSALDO, M.; LAMPHIRE, L. (Ed.). *Woman, culture and society*. Stanford: Stanford University Press, 1974. p.67; citado no CD-rom do ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 1, Rio de Janeiro, 2003, p.3; e SAMARA, Eni de M., 1997, p.31. Para o modelo de leitor, ver MOREIRA, 2006, p.75.

¹⁴ Cf. HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.41; SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. p.96. Para o combate ao dote na França, HOUBRE, Gabrielle. Como a literatura chega às jovens. França, primeira metade do século XIX. *Tempo*, Rio de Janeiro: UFF, n.9, s.d., p.25.

¹⁵ Cf. HOUBRE, G., s.d.; e PRIORE, Mary Del. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005. p.129.

¹⁶ Cf. JINZENJI, 2008, p.105-122; e LAGUARDIA-RESENDE, Adelaine. O *Mentor das Brasileiras* e a resistência feminina na ordem nacional oitocentista. In: CONGRESSO BRASA, 9, 2008, New Orleans. *Papers from IX BRASA*. New Orleans, 2008; JINZENJI, 2008, p.35; e LYRA, 1994, p.105-122, 2006.

¹⁷ LAGUARDIA-RESENDE, 2008; e NASCIMENTO, Cecília Vieira do; OLIVEIRA, Bernardo J. O *Sexo Feminino* em campanha pela emancipação da mulher. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.29, jul.-dez. 2007, p.443.

¹⁸ *O Universal*, 25 set. 1832 e *O Novo Argos*, 5 out. 1833. Beatriz era filha do rico proprietário Francisco Sanches Brandão e irmã de Francisco Theobaldo Sanches Brandão. Seu irmão Francisco Theobaldo foi o herdeiro da fortuna e do prestígio da família e liderança da Sedição de 1833 em Ouro Preto, ensejando contradições com a trajetória de Beatriz, não condizente com o propalado conservadorismo atribuído aos ‘restauradores’, e o seu envolvimento com a pedagogia liberal. Sobre a Sedição de 1833, ver SILVA, Wlamir. Usos da Fumaça: a Revolta da Fumaça e a afirmação moderada na Província de Minas. *Locus — Revista de História*, Juiz de Fora: UFJF, v.4, n.1, p.105-118, 1998.

¹⁹ Cf. FARIA Filho, Luciano Mendes de; RESENDE, Fernanda Mendes. História da educação e estatística escolar: o processo de escolarização em Minas Gerais no século 19. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.80, n.195, p.197-211, maio-ago. 1999, p.203; GOUVÊA, Maria Cristina S. de. Meninas nas salas de aula: dilemas da escolarização feminina no século XIX. In: FARIA Filho, Luciano Mendes de. *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações* [Portugal e Brasil]. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.192; e LIMA, Eliane de Lourdes Calsavara. *Tornem-se estimáveis por vossa sabedoria e vossos costumes*: a proposta de educação para as mulheres no jornal *O Mentor das Brasileiras* (São João del-Rei, Minas Gerais, 1829-1832). Belo Horizonte, 2007. Dissertação (Mestrado) —

Depto. de educação, FAE, UFMG. p.29; e BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.64.

²⁰ GOMES, Gisele Ambrósio. O *Mentor das Brasileiras*: um estudo de caso. *Virtu*, Revista eletrônica do ICHL/UFJF, v.6, p.7, 2007, p.10.

²¹ Segundo SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 7.ed. melhorada e muito acrescentada. Lisboa: Typografia de Joaquim Germano de Souza Neves, 1878.

²² Cf. *Nova Luz Brasileira*, 18 dez. 1829. Citado em BASILE, Marcello Otávio N. de C. Anarquistas, Rusguntos e Demagogos, 2000, p.70-71. É interessante observar que o redator de um jornal para o público feminino, *A Mulher do Simplicio*, fingia-se de mulher, “apresentando-se como redatora e escrevendo sempre no feminino”, cf. p.51. Para Mônica Jinzenji, o *Mentor* “pode ter sido considerado como um jornal liberal exaltado”; ver JINZENJI, 2008, p.21; BASILE, 2000, p.70-71.

²³ Cf. MOREIRA, Luciano da S. “A necessidade de amar”: narrativa de ficção e cultura política no *Mentor das Brasileiras* (1829-1832). ENCONTRO REGIONAL DA ABRALIC, 10, Rio de Janeiro, 2005, p.83. Para um quadro amplo das origens e usos das fábulas, ver JINZENJI, 2008, p.118-131; e MORAIS, Christianni Cardoso et al. Leituras para mulheres no século XIX: educação e formação da Pátria. *Vertentes*, São João del-Rei, n.29, jan.-jun., 2007.

²⁴ Ver LIMA, Eliane de Lourdes Calsavara, 2007, p.37; JINZENJI, 2008, p.128; MOREIRA, 2005, p.120-121; e NEVES, Lúcia Maria B. P. das. Uma nova cultura política: os folhetos no debate da Independência do Brasil. In: NEVES, L. M. B. P.; MOREL, M. *História e imprensa*, 2006. p.43.

²⁵ HABERMAS, Jürgen. *Facticidade y validez*. Madrid: Trota, 1998. p.447.

²⁶ Cf. RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ; Ed. FGV, 1996. p.444; MARX, Karl. O 18 Brumário de Louis Bonaparte. In: MARX-ENGELS. *Obras escolhidas*. Lisboa: Avante; Moscovo: Progresso, 1982. Tomo I, p.445; GRAMSCI, 1999-2002, v.2, p.16 e 339, e v.3, p.265.

²⁷ Cf. THOMPSON. E. P. La formación de la clase obrera en Inglaterra. Barcelona: Ed. Crítica, 1989. p.XIII-XIV; e ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Ed. 70, 1991. p.46.

²⁸ Cf. CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p.67; CARVALHO, José Murilo de. Brasil: naciones imaginadas. In: ANNINO, Antonio; LEIVA, Luís Castro; XAVIER-GUERRA, Francisco. *De los Imperios a las Naciones: Iberoamérica*. Zaragoza: Ibercaja, 1994; BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. p.146; e GRAMSCI, 1999-2002, v.1, p.103.

Artigo recebido em fevereiro de 2008. Aprovado em abril de 2008.